

O ano do furacão cambial no Brasil

Para um país que desde 1994 mantinha o real praticamente atrelado ao dólar, 1999 foi o ano da grande (e perigosa) virada. Foi uma mudança não planejada, alavancada por pressões internacionais, mas que definiu novos rumos para a economia brasileira. Depois dos furacões nos mercados da Ásia e da Rússia (que declarou moratória), foi a vez dos ventos da crise chegarem ao Brasil, causando a brusca desvalorização cambial logo no início do ano. O dólar, que tinha chegado ao primeiro dia de 1999 na casa de R\$ 1,20, não resistiu muito tempo. Especulação internacional, medo dos investidores mundiais sobre o desempenho dos mercados emergentes: a receita estava pronta para provocar a fuga de divisas internacionais dos cofres do governo. E para uma economia vinculada ao dólar, variações cambiais poderiam ser críticas e derrubar os planos de estabilização. As previsões catastróficas diziam que o dólar ia passar dos R\$ 3. Fechou o ano a R\$ 1,80.

No final de janeiro, não foi mais possível segurar o câmbio, que durante muito tempo facilitou importações, instrumento utilizado para segurar os preços internos e conter a inflação. No fim do primeiro mês do ano, o dólar já tinha ultrapassado a marca de R\$ 1,90 para alcançar a ameaçadora cotação de R\$ 2



Gustavo Franco não resistiu e caiu em janeiro

no final de fevereiro. Começava o tempo de reaprender a manejar a economia, dentro de novos parâmetros. Em 13 de janeiro, cai Gustavo Franco, o grande defensor do câmbio quase que estanque. Em março, chega Armínio Fraga Neto, que até então trabalhava para o Soros Fund Management, em Nova Iorque, que é um dos mais bem sucedidos aplicadores mundiais. O Brasil teve que fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para reabastecer as reservas de dólares e evitar um colapso na economia nacional.

O câmbio ficou mais flexível e, com isso, restava o medo.

Não havia certezas de que a economia suportaria tal choque, com alta probabilidade de retorno da inflação. Mais uma vez, foi preciso apelar para os juros, como forma de manter a atratividade do país no mercado internacional (o Brasil paga uma das melhores taxas em todo o mundo), também com efeito de conter o consumo. A fórmula funcionou. A inflação chegou a assustar, principalmente no últimos meses do ano, mas não fugiu do controle. A estimativa é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o balizador oficial de inflação, acumule alta de 9% no ano (no acumulado de



Jamil Bittar

Armínio Fraga veio de Nova Iorque comandar o BC

12 meses, até novembro, o índice chegava a 8,65%).

Os culpados pela aumento do custo de vida em 1999 são conhecidos. Conforme a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), as tarifas públicas não deram trégua ao consumidor, e serão responsáveis pelo menos pela metade dos cerca de 9% de inflação no ano. Até novembro, a inflação acumulada no Distrito Federal chegava a 7,09%, conforme dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). A gasolina subiu 42,47%, o álcool aumentou 17,6%, o telefone ficou 19,36% mais caro e a

conta de água subiu 32,79% no período.

A inflação parece estar domada, mas foi preciso pagar por isso, com a quase estagnação da produção brasileira. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou abaixo de 0,5%, número muito modesto, com reflexos diretos no nível de desemprego. Em novembro, uma fatia de 7,3% dos 18 milhões de brasileiros que integram a População Economicamente Ativa (PEA) nas seis maiores regiões metropolitanas do país estava sem trabalho. A tendência, entretanto, é que o desemprego ceda - mesmo que lentamente - a partir de agora.